

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Relação com terceiros

- No plano, não aparecem os nomes dos credores, e sim a classe deles.
- Classes:
 - I - Trabalhador (salário em atraso, rescisão, 13º salário).
 - II - Garantia real.
 - III - Quirografário e outros.
 - IV - ME/ EPP.

Limites do plano de RJ

1º) Diz respeito às garantias

- O dono da garantia tem que dar anuência expressa sobre dar o bem como garantia.
- O plano permanece válido, mas essa cláusula não é válida.

2º) Diz respeito a moeda estrangeira.

- Tem que ter a concordância do credor sobre a mudança da moeda.

Art. 50, § 1º Na alienação de bem objeto de garantia real, a supressão da garantia ou sua substituição somente serão admitidas mediante aprovação expressa do credor titular da respectiva garantia.

§ 2º Nos créditos em moeda estrangeira, a variação cambial será conservada como parâmetro de indexação da correspondente obrigação e só poderá ser afastada se o credor titular do respectivo crédito aprovar expressamente previsão diversa no plano de recuperação judicial.

3º) Diz respeito aos trabalhistas

- Pagamento das verbas trabalhistas devem ser feitas dentro de 1 ano.
- Contados do início da 3ª fase.

Art. 54. O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 1 (um) ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.

§ 1º. O plano não poderá, ainda, prever prazo superior a 30 (trinta) dias para o pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial.

§ 2º O prazo estabelecido no caput deste artigo poderá ser estendido em até 2 (dois) anos, se o plano de recuperação judicial atender aos seguintes requisitos, cumulativamente:

I - apresentação de garantias julgadas suficientes pelo juiz;

II - aprovação pelos credores titulares de créditos derivados da legislação trabalhista ou decorrentes de acidentes de trabalho, na forma do § 2º do art. 45 desta Lei; e

III - garantia da integralidade do pagamento dos créditos trabalhistas.

*Os credores podem apresentar o plano alternativo nas seguintes hipóteses:

1º) se o plano apresentado pelo devedor não tiver sido aprovado na forma ordinária, poderá os credores trazerem o plano alternativo que somente será votado se ocorrer a reprovação na forma extraordinária do plano do devedor.

2º) o credor poderá apresentar seu plano, se o plano do devedor não tiver sido votado dentro do período de suspensão. Art. 6º, §4º.